DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 1

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano VII - Nº 4.058

Terça-feira, 07 de Maio de 2013

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

10 de maio

Dia de São Francisco Xavier, padroeiro de Salvador

Leia mais na página 3

Foto: Rodrigo Soares

DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Hilton Coelho questiona sistema mantido pela prefeitura

"Quem ganha com a insistência de ACM Neto em manter o Sistema Alfa e Beto em Salvador?"

Membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Salvador, o vereador Hilton Coelho (PSOL) qualificou como perfeito o parecer do Ministério Público da Bahia (MP-BA) que recomendou ao secretário municipal de Educação, João Carlos Bacelar, a rescisão do contrato e a suspensão imediata da utilização do programa Alfa e Beto nas escolas administradas pela prefeitura de Salvador.

"Depois de analisar com rigor os argumentos apresentados por instituições como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Católica de Salvador (UCSal), educadores renomados, a Câmara Municipal de Salvador, através da Comissão de Educação, da APLB-Sindicato, representado mais de seis mil educadoras e educadores, recomendou a imediata suspensão do sistema Alfa e Beto que em meu entender é racista, machista e homofóbico. Parabenizo mais uma vez ao MP-BA e espero que o prefeito ACM Neto acate a decisão ou então explique uma questão muito importante: Quem ganha com a insistência em um método repudiado pelos educadores e que sangra recursos públicos de forma desnecessária?", questiona o vereador.

"Considero estapafúrdia a declaração do secretário municipal de Educação, João Carlos Bacelar, de que mostraria ao MP-BA a necessidade da manutenção do Alfa e Beto. Isso vai contra o bom senso, a razão, ao desejo expresso pela maioria das educadoras e educadores consultados. Vão obrigar que pessoas coloquem em ação um método que repudiam? Uma atitude descabida da Secretaria Municipal de Educação (Smed) que merece nossa total rejeição. Não consigo compreender que argumentos serão utilizados por Bacelar e ACM Neto para fundamentar a decisão do uso deste método nas escolas municipais", argumenta.

Hilton Coelho acrescenta que "o sistema comprado junto ao Instituto Alfa e Beto no valor de R$ 12.330.340,00 (doze milhões, trezentos e trinta mil e trezentos e quarenta reais), pelo período de 12 meses, trata-se de mais uma, entre tantas outras, proposta de privatização da coisa pública, à custa do erário e que se quer impor a mais de 135 mil estudantes. Não é assim que se constrói uma educação de qualidade que a sociedade exige. Queremos e exigimos a imediata devolução de tudo que foi gasto com este absurdo representado pela quantia, destinada a uma fundação privada para compra de livros e assessoria pedagógica, quando ambos já estavam garantidos por meio público (MEC/UFBA) e sem gasto algum. Parabenizo o Ministério Público por mais uma vez tomar medidas em defesa da sociedade e por uma educação pública, gratuita e de qualidade", finaliza.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Hilton Coelho questiona o prefeito ACM Neto

Alberto Braga convoca presidente da Embasa para debate

Vereador discutirá falta de água em bairros de Salvador em audiência pública

A constante falta de água em grande parte dos bairros de Salvador será tema de uma audiência pública marcada para o dia 14 de maio, às 8h30, no Centro de Cultura da Câmara Municipal. O presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, foi convocado para dar explicações sobre a deficiência no abastecimento e para debater soluções para o problema.

"São milhares de soteropolitanos sofrendo há meses sem uma gota de água na torneira. Não podemos permitir que, em pleno século 21, as pessoas fiquem 'mendigando' por água, item essencial para a sobrevivência, direito básico garantido na Constituição Federal", argumentou Alberto Braga.

Também foram convidados para o diretor da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia, Raimundo Mattos Filgueiras; o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro; além do secretário municipal de Urbanismo e Transporte, José Carlos Aleluia.

"Como representantes legítimos do povo, temos que nos mobilizar e fazer algo. A população carente não merece esse tratamento da Embasa. O órgão parece só lembrar os mais humildes na hora de mandar a conta, que com água ou sem água nunca deixa de chegar", criticou Alberto Braga.



Vereador Alberto Braga

DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 3

Padroeiro de Salvador será louvado no próximo dia 10

Câmara participará da festa religiosa de São Francisco Xavier, mantendo uma tradição cristã de 327 anos



Fotos: Rodrigo Soares

A Câmara Municipal e a Arquidiocese de São Salvador da Bahia vão louvar na próxima sexta-feira (10), pela manhã, na Catedral Basílica, o santo guardião de Salvador, São Francisco Xavier. A festa cristã completará 327 anos. Vereadores, populares, religiosos, autoridades das esferas estadual e municipal e oficiais das Forças Armadas participam da celebração religiosa seguida de procissão pelo Terreiro de Jesus.

"A festa em louvor a São Francisco Xavier, santo padroeiro de Salvador, é uma tradição que completa 327 anos. São mais de três séculos de tradição cristã e a Câmara Municipal, ao longo de sua rica história, sempre esteve presente nesta celebração, atuando como protagonista ao lado da Arquidiocese de São Salvador da Bahia e dos populares que pedem melhores dias para a nossa cidade", destacou o presidente da Câmara, vereador Paulo Câmara (PSDB).



Milagre

Conforme a história, São Francisco Xavier intercedeu, a pedido da população, livrando Salvador de duas pestes, uma em 1686 (febre amarela) e a outra em 1855 (cólera morbus). Em bula solene datada de 10 de maio, o santo jesuíta foi proclamado padroeiro da capital baiana.

Desde então, em função das manifestações públicas decorrentes do feito milagroso, a Câmara Municipal de Salvador e a Arquidiocese se juntam para promover a procissão e a solenidade religiosa. A cada ano, o presidente da Câmara renova o compromisso político e cristão, mantendo viva uma tradição de mais de três séculos.

Procissão

Conforme a última celebração, após a missa na Catedral Basílica, deverá ocorrer uma procissão pelo Terreiro de Jesus. Mantendo-se a tradição, vereadores, religiosos e populares devem se revezar na condução do andor com o busto relicário de São Francisco Xavier. Como o Dia Nacional dos Guias de Turismo coincide com a data religiosa, profissionais do setor devem participar da festa cristã.

Audiência pública debate trabalho dos taxistas

Euvaldo Jorge convoca categoria para discutir segurança, clandestinidade e políticas de incentivo

Presidente da Comissão de Transportes, Trânsito e Serviços Públicos, o vereador Euvaldo Jorge (PP) realiza audiência pública, na terça-feira (14), às 9 hs, no auditório do Edifício Bahia Center, para ampliar o debate em torno do trabalho dos taxistas na capital baiana.

De acordo com o vereador, durante a audiência vão ser discutidos inúmeros problemas que a categoria enfrenta como as condições de segurança no trabalho, a concorrência com os clandestinos que, sem autorização, disputam passageiros, entre outros pontos. "Os taxistas são importantes para a mobilidade urbana na terceira capital do País e precisam do apoio do poder público com políticas de incentivo à categoria", defende Euvaldo Jorge.

Uma das ações importantes, segundo o vereador, é a implantação de cursos de capacitação com vistas à Copa do Mundo de 2014. Outro item da pauta se refere ao relacionamento dos taxistas com os órgãos de trânsito e transporte. O debate também abre espaço para que as mulheres taxistas apresentem sua avaliação sobre as dificuldades da categoria. "O ponto de vista feminino contribui para o diagnóstico e soluções", disse Euvaldo.

"Durante a audiência, vamos discutir todos os aspectos que dificultam o trabalho dos taxistas e buscar alternativas que ajudem a garantir maior segurança e qualidade de vida à categoria, assim como aos usuários do sistema de táxi", finalizou o vereador.

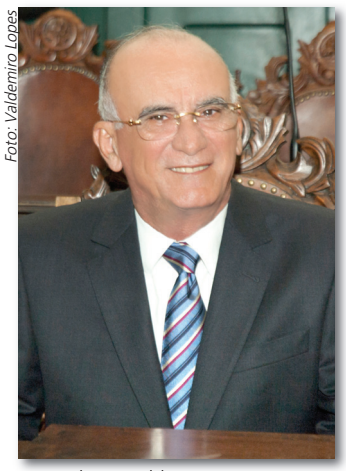


Foto: Valdemiro Lopes

Vereador Euvaldo Jorge

DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 4

Paulo Câmara indica projeto contra a violência doméstica

Medida prevê a utilização do Botão do Pânico interligado a uma Central de Monitoramento

O vereador e presidente da Câmara Municipal de Salvador, Paulo Câmara (PSDB), indicou ao prefeito ACM Neto (DEM), a criação de uma unidade exclusiva contra a violência doméstica na capital. Com base na medida tomada em Vitória (ES), o vereador sugere a instalação do Dispositivo de Segurança Preventiva (DSP), conhecido popularmente como Botão do Pânico - dispositivo eletrônico de segurança preventiva que possui GPS e gravação de áudio.

Foto: Internet



O projeto obedece às diretrizes da Lei Maria da Penha, que sugere ao Legislativo e o Executivo 'criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher'. De acordo com a proposta de Paulo Câmara, o trabalho realizado pela Prefeitura, com a criação de uma Central de Monitoramento e a ação da Guarda Municipal, ajudaria a prevenir e identificar os casos de violência doméstica.

No Espírito Santo, as beneficiadas recebem a uma medida protetiva, determinando que o agressor saia de casa ou mantenha uma distância mínima das vítimas. Em Salvador, Paulo Câmara sugere que o serviço seja administrado pela Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção à Violência (Susprev).

Funcionamento

No momento em que o botão é acionado, disponibiliza um processo de escuta e a Central de Monitoramento recebe um chamado. Além de receber a localização exata do dispositivo enviada pelo GPS, a Central iniciará a gravação do áudio ambiente, que será armazenado em um banco de dados à disposição da Justiça. Toda a conversa poderá ser utilizada como prova judicial contra o agressor.



Paulo Câmara indica Botão do Pânico

Lei da Transparência

Projeto de Lei de Acesso à Informação foi apresentado por Claudio Tinoco

Salvador poderá ser a primeira capital do Nordeste a regulamentar a chamada "Lei da Transparência". O vereador Claudio Tinoco (DEM) protocolou, segunda-feira (29), na Câmara Municipal de Salvador, o projeto de Lei nº 299/2013 que regulamenta e estabelece normas específicas de acesso à informação – direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Apesar de estar em vigor há mais de um ano, 17 capitais ainda não possuem regulamentação, entre elas Salvador. Segundo dados da ONG Contas Abertas, 92% dos municípios brasileiros ainda não se adequaram à Lei Federal de Acesso à Informação (nº 12.527), sancionada em 18 de novembro de 2011, que obriga o Executivo, o Legislativo, o Judiciário a prestarem informações ao cidadão.

Com sua aprovação, argumenta Claudio Tinoco, "qualquer pessoa poderá acessar documentos, informações sobre remuneração dos servidores, processos, projetos, contratos, licitações, pareceres técnicos e informações sobre todos os órgãos ligados à prefeitura de Salvador e ao Legislativo municipal".

Advertência e demissão

Pelo projeto, explica, o cidadão passa a ter direito de fazer qualquer tipo de solicitação, como, por exemplo, o motivo de uma obra parada ou a data de sua conclusão. O prazo para receber uma resposta será de 20 dias corridos, prorrogáveis por mais dez dias para casos que sejam justificados.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Claudio Tinoco

"Para garantir o acesso às informações, cada órgão deverá criar uma área específica nos sites oficiais com todas as informações necessárias. Se a pessoa não encontrar a informação na internet, ela pode procurar a Controladoria do Município, que terá cinco dias para responder", explica o democrata.

Tinoco afirma ainda que o projeto prevê que a responsabilidade será do gestor caso as informações não estejam disponíveis no site e a resposta a um questionamento não ocorra no prazo determinado. As penalidades aplicadas vão desde advertência até demissão. O Poder Executivo terá 180 dias, a contar da data de publicação, para regulamentar o disposto na Lei. Além disso, deverá designar o órgão da prefeitura responsável pela promoção de campanha de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação; pelo treinamento de agentes públicos; e monitoramento e encaminhamento à Câmara Municipal de relatório anual.

DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 5

Audiência traça panorama da saúde do trabalhador

Vereador Suíca apontou para a importância do tema e defendeu mais debates dentro dos sindicatos


Debate na Câmara foi requerido e dirigido pelo vereador Suíca

Um panorama da saúde do trabalhador foi traçado na Câmara Municipal de Salvador, na manhã de segunda-feira (6), em audiência pública requerida e dirigida pelo vereador Suíca (PT). A atividade legislativa apontou para o elevado número de acidentados no trabalho, destacou a importância deste tipo debate dentro dos sindicatos e reforçou, conforme apresentação do secretário estadual da Saúde Jorge Solla, a qualidade do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). A passagem do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho (28 de abril) motivou o debate.


Secretário Jorge Solla fala na audiência pública sobre saúde do trabalhador

Fotos: César Rasec

Na previsão pouco otimista do vereador Suíca, "Salvador vai levar um tempo para melhorar a saúde básica". Em contrapartida, na sua análise positiva, observou que "a Secretaria de Saúde do Estado tem avançado". Como forma de aprimorar a saúde, na perspectiva do trabalhador, assinalou que "os sindicatos têm papel importante na discussão da saúde".

Para o secretário Jorge Solla, a prevenção continua sendo essencial na saúde do trabalhador. No contexto nacional, tomando como referência a atuação dos sindicatos, percebeu que as entidades de trabalhadores podem pautar o SUS, fortalecendo ainda mais este sistema voltado para a saúde de todos os brasileiros. Conforme Solla, "todos, de alguma forma, usam o SUS". Exemplificou com os programas de vacinação e o combate à dengue.

Conscientização

Segundo Maria Engrácia, representante do Fundacentro na Bahia, entidade governamental brasileira que pesquisa segurança e saúde trabalhista, "se faz necessário uma conscientização e proteção dos trabalhadores em seus ambientes de serviço". Conforme expôs, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) esclareceu, através de informativos, que cerca de 2 milhões de pessoas morrem a cada ano e 321 mil sofrem algum tipo de acidente durante o serviço. "A cada 15 segundos uma pessoa morre por acidente ou doença relacionada ao trabalho", afirmou Engrácia.

De acordo com a 20ª edição do Anuário de Estatísticas e Acidentes do Trabalho, em 2011 foram registrados 711.164 acidentes do gênero no país, contra 709.474 em 2010. O custo total de gastos com a saúde do trabalhador aproxima-se do valor de R$70 bilhões. Este valor refere-se à criação de planejamentos de proteção ao trabalhador e contabiliza os gastos hospitalares com os acidentados.

Para o Fundacentro, "a prevenção e combate aos acidente de trabalho devem abranger situações de unidade do movimento social e seu controle, punição das empresas que continuam a vitimar os trabalhadores, o fortalecimento na fiscalização e a qualificação dos servidores e médicos da rede pública", enfatizou a representante.

Na audiência, outros especialistas na área da saúde, como a gerente da Secretaria Municipal da Saúde, Maricélia Macêdo e o diretor de saúde da Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e de Sergipe (Feebbase), Fernando Dantas, destacaram a precarização dos ambientes de trabalho. Situações como o assédio moral, a quebra de relações de solidariedade entre os trabalhadores e doenças como depressão e síndrome do pânico foram destacados por integrantes da mesa.

Participaram da atividade, além dos citados, a representante do Sindicato dos Previdenciários (Sindprev), Célia Alexandrina; a terapeuta ocupacional Adelly Rosa; o conselheiro municipal de saúde Marco Antônio e o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do Estado da Bahia (Sindilimp), Edson Conceição.



DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 6

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Decreto Legislativo Nº 953/2013
Aprova Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM, referente às contas da Mesa da Câmara Municipal de Salvador, relativas ao exercício financeiro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR faz saber que o Poder Legislativo Municipal promulga e manda publicar, para os devidos efeitos, o seguinte **DECRETO LEGISLATIVO**:

Art. 1° Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia - TCM, referente às contas da Mesa da Câmara Municipal de Salvador, exercício financeiro de 2011, Processo TCM Nº 07675-12.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2013.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL

35ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 08 DE MAIO DE 2013 - 14:30 HORAS.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA (AUSENTE LICENCIADO), ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CATIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DRª. FABÍOLA MANSUR, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS (AUSENTE LICENCIADA), EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS (AUSENTE LICENCIADO), LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SILVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Comunicado do Ministério de Educação (repasse de recursos); Projetos de Lei nºs 318 e 319/13 da Mesa Executiva, 320 a 325/13 do vereador Marcell Moraes, 326/13 do vereador J. Carlos Filho e 327/13 do vereador Toinho Carolino; Projeto de Resolução nº 41/13 do vereador Duda Sanches; Projetos de Indicação nºs 341 a 343/13 do vereador Vado Malassombrado, 344/13 do vereador J. Carlos Filho e 345/13 do vereador Paulo Câmara; Requerimentos 191/13 do vereador Everaldo Augusto e Requerimentos de urgência urgentíssima. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Henrique Carballal questionou a existência de acordo de votação para a presente Sessão, solicitando que nenhuma Proposição fosse votada sem ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, desejando que esse critério seja respeitado nas próximas reuniões do Colégio de Líderes. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza se associou, acrescentando que não votaria Proposição sem conhecimento da Ordem do Dia, e convidou os presentes a visitarem a nova sede da Ouvidoria, ao lado do Plenário, agradecendo à Mesa e à Diretoria Legislativa a transferência ágil. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha considerou salutar a votação de Projetos dos vereadores, mas defendeu mais tempo de discussão para acordos de votação de Projetos polêmicos. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo se associou ao vereador Henrique Carballal quanto à necessidade de Parecer Prévio da CCJ antes da votação. Em comunicação inadiável, o vereador Léo Prates registrou a presença do assessor jurídico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia – Fecomércio, Nelson Daiha Filho, e a entrega de documento com propostas para a Reforma Tributária. O Senhor presidente registrou pesar pelo falecimento da servidora a aposentada Wanda Passos. No **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Léo Prates, que agradeceu ao subchefe de Gabinete do Governo do Estado a boa recepção, em sua visita sobre Projeto para pessoas com deficiência no entorno da Arena Fonte Nova. Cumprimentou os servidores da Câmara Municipal. Criticou a situação da piscina olímpica da Fonte Nova, há três anos sem conclusão de obra. Pediu ao vereador Sílvio Humberto que levasse à senadora Lídice da Mata seus cumprimentos por ter criado, quando prefeita, a Fundação *Cidade Mãe*, importante organismo que, no dia 17 de abril, firmou convênio com a Associação Atlética Banco do Brasil – AABB para atender a mais crianças. Apelou aos colegas para que seja concedida utilidade pública municipal às creches, nos moldes do Projeto do vereador Edvaldo Brito. Também se associou ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos, quanto à desoneração dos transportes públicos, semelhante à já havida para eletrodomésticos, e que deve se estender ao Metrô. Pela ordem, o vereador Soldado Prisco criticou o reajuste remuneratório de apenas 2,5% concedido pelo governador do Estado aos servidores públicos. Em seguida, a vereadora Aladilce Souza declarou que, como vereadora e dirigente sindical, ficou surpresa com o baixo reajuste proposto aos servidores estaduais, defendendo, ao menos, a cobertura do índice de inflação. Informou ter estado na Assembleia Legislativa, onde conversou com o deputado Zé Neto, a quem pediu que intercedesse nesse sentido, junto ao governador, para tanto sugerindo o fracionamento do reajuste. Parabenizou a Federação do Comércio pela contribuição à Reforma Tributária, e pediu que outras instituições fizessem o mesmo. Considerou inconstitucional, no Projeto de Reforma, a criação de empresa privada para gerenciar finanças públicas. Comparou essa entidade ao antigo "Ipraj", do Judiciário, e parabenizou o vereador Waldir Pires por haver expressado semelhante crítica na Sessão anterior. Em aparte, o vereador Soldado Prisco associou-se quanto ao baixo reajuste dos servidores estadual, decidido na calada da noite. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê disse estranhar a tranquilidade da vereadora Aladilce Souza com o governador, mesmo após o questionável reajuste dos servidores. A oradora respondeu que ele não a compreendeu, pois exatamente criticou a proposta do governador. Em razão de urgências urgentíssimas aprovadas, foram votados e aprovados, com Pareceres em Plenário, os Projetos de Lei nºs 318 e 319/13, até a Redação Final. Continuando o **Pinga-Fogo,** o vereador Arnando Lessa comentou a matéria de capa do jornal "A Tarde" de hoje, que estampa o que o orador chamou de "símbolo de Salvador", "o buraco assassino", que ele já havia denunciado desde 3 de fevereiro, até hoje não havendo providências. Informou ter contatado o vereador Léo Prates para que ele interviesse junto ao prefeito. Sobre a piscina olímpica, questionou como poderia o vice-líder do governo cobrá-la, uma vez que a Prefeitura foi responsável por aterrar a piscina semiolímpica da antiga sede do Bahia e destruir o Ginásio de Esportes com capacidade para cinco mil pessoas, deixando a orla da cidade com mais um terreno vazio. O orador concluiu dizendo que a cobrança da piscina olímpica tem o seu apoio, mas pediu explicações da Prefeitura sobre o aterramento da piscina semiolímpica. O vereador Henrique Carballal associou-se ao vereador Arnando Lessa e pediu ao Colégio de Líderes mais cuidado nas decisões sobre as votações, declarando-se contrário ao Projeto do vereador Marcell Moraes sobre a proibição da venda de animais em *pet shops*, já aprovado, e também contra o Projeto que vem a se imiscuir no Candomblé, considerando perigoso o debate açodado e superficial. O orador informou que a Comissão de Carnaval definiu a pauta do Seminário do Carnaval, que será realizado nos dias 13, 14 e 15 de maio, no Teatro Jorge Amado, e pediu ao Senhor presidente que abonasse as ausências dos vereadores às Sessões ordinárias que ocorrerão nesses dias, para permitir a ida dos edis ao Seminário. Disse que, em 15 dias, o vereador Cláudio Tinoco apresentará relatório dos Projetos de Lei sobre o Carnaval, e que sugestões também serão apresentadas ao prefeito e ao governador para que o evento seja realizado com mais qualidade, garantindo emprego e renda para a cidade. Registrou encontro, ontem, com o secretário de Cultura e o presidente da Fundação Gregório de Matos, e informou que o governador também pretende participar, se não pessoalmente, através de representantes, defendendo que a Câmara deve agir, mas, também, ouvir. O vereador Moisés Rocha parabenizou a Fecomércio pelo trabalho trazido a esta Casa sobre a Reforma Tributária, e se associou aos vereadores Aladilce Souza e Soldado Prisco quanto ao reajuste proposto pelo Governo do Estado, abaixo da inflação, solidarizando-se com os servidores. Por outro lado, expressou surpresa com o debate da última Sessão, pautado na intolerância religiosa. Defendeu a cultura religiosa ancestral, e que vereadores contrários à matança de animais, coerentemente, também fossem vegetarianos. Pela ordem, o vereador Marcell Moraes declarou que não retiraria o Projeto de Lei que proíbe o sacrifício de animais em rituais de Candomblé, ressaltando que é em defesa dos animais e não contra a liberdade religiosa. Pela ordem, o vereador Léo Prates declarou preocupação com o Projeto. Não obstante respeitar os animais, lembrou que as religiões africanas representam cultura e etnia do País. **Nas representações partidárias**, inicialmente, o vereador Joceval Rodrigues parabenizou a Casa pela sensibilidade com os seus servidores, demonstrando exemplo de diálogo, que deve ser seguido. Na oportunidade, infirmou que o Executivo municipal também está dialogando com seus servidores. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê estimou que o prefeito fará justiça aos servidores e desejou que o governador também o faça, na ocasião questionando como a Polícia Militar combaterá o crime com um aumento de 2,5%. O vereador Joceval Rodrigues ressaltou ser o diálogo uma característica do prefeito, que tem uma postura democrática, inclusive para tratar da Reforma Tributária. Em seguida, o vereador Gilmar Santiago lamentou a situação do Sistema de Saúde do Município, uma unidade teve suspensa

DOLM 07.05.13:Camara_Template 6/5/2013 17:50 Página 7

a distribuição de remédios de uso contínuo, ficando desassistidos pacientes cardiopatas e hipertensos. Pediu aos colegas vereadores que formassem uma Comissão para verificar de perto o problema, apurando se há outras unidades na mesma situação. Lembrou que a Saúde insere-se nas promessas de campanha do atual prefeito, mas Salvador tem a pior cobertura, entre as capitais, do Saúde da Família. Considerou mentirosa a propaganda da gestão municipal, que é amparada pela rede de TV da família do prefeito. Posteriormente, o vereador Carlos Muniz opinou que o secretário da Fazenda não tem compromisso com Salvador, e que não se devia aceitar a votação da Reforma Tributária antes da segunda quinzena de junho. Em aparte, o vereador Isnard Araújo associou-se, receando aumento da tributação. O orador disse que, antes mesmo da votação, cartórios já recebem memorandos que determinam procedimentos relacionados às mudanças. Em aparte, o vereador José Trindade também se associou e afirmou que seu partido só se pronunciará quando tiver amadurecido o entendimento do assunto, sobre o qual, todavia, já percebe pontos polêmicos. O vereador Carlos Muniz disse que não faria acordo em prejuízo da população. Criticou os problemas com transporte, lixo e outros aspectos da cidade, que devem ser resolvidos, sem que seja onerada a população. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago associou-se e informou audiência pública sobre a Saúde, no dia 2 de maio, às 9h, no Centro de Cultura, um ato de autonomia da Casa frente ao Executivo. Defendeu que o *quorum* de votação da Reforma Tributária seja de 2/3, e anunciou mandado de segurança se fizerem diferente. O orador perguntou ao vereador Gilmar Santiago se ele saberia algo sobre articulação montada para unanimidade na votação. A vereadora Aladilce Souza se associou e defendeu, além de mais tempo, o desmembramento da matéria para que fosse analisada por pontos, e não como um "pacote". O vereador Pedrinho Pepê registrou manchete do jornal "Tribuna da Bahia", de 25 de abril, questionando a proibição dos festejos juninos pela FIFA, o que o orador considerou uma intromissão da entidade na cidade de Salvador. Em aparte, o vereador Everaldo Augusto disse que, se for esse o caso, associava-se ao orador, mas informou ter tido uma reunião com o secretário Ney Campelo, que garantiu não haver medida alguma da FIFA nesse sentido. Disse que a indicação é apenas de não serem realizados eventos nos dias em que houver jogos na cidade, para não atrapalhar a mobilidade. Em aparte, o vereador Orlando Palhinha associou-se ao orador e lembrou que foram os vereadores que trouxeram a Copa para a cidade, e voltou a criticar o fato de a FIFA não estar deixando contrapartida alguma para Salvador, ao que se associou o orador, que também voltou a criticar o novo nome da Arena Fonte Nova. O orador disse ainda que o Programa "Minha Casa, Minha Vida" é o maior e melhor programa do Governo Federal, considerando ser também dos governos estaduais e municipais – já que eles contribuem, e o Projeto depende da parceria entre os entes –, mas criticou a não-instalação de pisos em algumas áreas dos imóveis, tendo o Senhor presidente Arnando Lessa informado que a presidente Dilma Rousseff garantiu a instalação dos pisos. O vereador Euvaldo Jorge anunciou que os beneficiários do programa habitacional também vão ganhar, em breve, nova linha de crédito, com juros mais baixos, para financiar a compra de móveis e eletrodomésticos, e criticou a buraqueira na cidade, que faz lembrar a antiga gestão. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê lembrou ao orador que é inviável tapar os buracos enquanto estiver chovendo, já que é necessário esperar a secagem do asfalto. Continuando, o orador informou que a TranSalvador fez contrato sem licitação de mais de 1 milhão de reais para o conserto de semáforos, criticou o excesso de cobrança de multas e disse ter enviado ofício ao órgão, questionando sobre a contratação de terceirizados, o total de multas aplicadas nos últimos dois anos, a quantidade de recursos protocolados – deferidos e indeferidos –, e a composição da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito cogitou estar havendo boicote ao seu Projeto sobre as creches comunitárias. Afirmou ter recebido informação de arquivamento, embora o vereador Kiki Bispo lhe tivesse comunicado estar relatando a matéria. O Senhor presidente esclareceu ao vereador Edvaldo Brito que o Projeto não foi arquivado, estando, inclusive, com Parecer favorável da CCJ. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo lamentou as palavras do vereador Edvaldo Brito, reafirmando o Parecer favorável da CCJ. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues disse estar havendo um mal-entendido, lembrando que o Projeto ainda não foi discutido no âmbito do Colégio de Líderes. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito informou ter solicitado arquivamento do Projeto de Lei nº 66/13, e ter apresentado Substitutivo de nº 159/13. Na oportunidade, disse não ter ofendido a Casa. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo reafirmou Parecer aprovado por unanimidade no âmbito da CCJ, não podendo ser responsabilizado por outra questão. O Senhor presidente respondeu que os esclarecimentos e providências necessárias seriam encontrados juntamente com a Diretoria Legislativa. A vereadora Aladilce Souza comentou a situação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, cujos representantes estiveram na Tribuna Popular, afirmando que não houve atendimento ao pleito. Informou que o secretário de Saúde fez proposta de reajuste apenas para os servidores estatutários, chamando a atenção para a possibilidade de interrupção do serviço. Apontou, ainda, a necessidade de 140 médicos, sendo 70 para a regulação e 70 para a intervenção, existindo, atualmente, apenas 85 médicos, sendo 34 estatutários e 51 terceirizados. Na oportunidade, comentou também notícia do Jornal Correio da Bahia que registra, em 2013, 311 ocorrências de deslizamentos, e sugeriu convite ao superintendente da Defesa Civil e seu secretário, para apresentação do plano de enfrentamento a deslizamentos da atual gestão. Concluiu registrando a aprovação de Projeto de Lei sobre a assistência técnica para área de engenharia e arquitetura para as comunidades de baixa renda, pedindo apoio dos vereadores para a regulamentação. O Senhor presidente passou o Projeto de Lei nº 66/13 ao vereador Edvaldo Brito, a fim de tranquilizá-lo sobre a contemplação do objeto. O vereador Euvaldo Jorge voltou a falar na necessidade de fechamento dos buracos da cidade, e defendeu adicional de insalubridade para os servidores da Câmara que trabalham no Plenário. Declarou posição em defesa do voto aberto, pela transparência e publicidade dos atos do Poder Legislativo Municipal. Informou Projeto de Indicação para voto aberto na Assembleia Legislativa, solicitando apoio de todos. Em aparte, o vereador Orlando Palhinha parabenizou o vereador Euvaldo Jorge, lembrando que o voto já é aberto e que a mídia levantou essa campanha como se os vereadores fossem responsáveis pelas mazelas do País. Afirmou que o voto aberto deve vir de Brasília. O vereador Euvaldo Jorge lembrou que o deputado Antônio Imbassahy já defende essa bandeira em Brasília. Em aparte, a vereadora Dra. Fabíola Mansur informou que assinará o Projeto de Indicação, mas desejou que a campanha pelo voto aberto fosse feita, prioritariamente, nesta Casa, sugerindo a votação do Projeto do vereador Paulo Câmara em caráter de urgência, na próxima quarta-feira. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê também observou que o voto na Casa já é aberto, sendo secreto apenas em algumas situações. Também em aparte, o vereador Moisés Rocha se associou ao vereador Pedrinho Pepê, ressaltando que o voto já é aberto, sendo secreto em apenas três exceções. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza requereu cópia do Projeto de Lei nº 308/13, o que foi deferido. Em comunicação inadiável, a vereadora Dra. Fabíola Mansur convidou os colegas para a audiência pública da Frente Parlamentar da Saúde sobre os impactos, nessa área, da Reforma Tributária, que acontecerá no dia 2 de maio, às 9h, no Centro de Cultura. Na Tribuna, o vereador Edvaldo Brito explicou, sobre o incidente na Sessão, que havia pedido, em março, a retirada do seu Projeto nº 66/13, para dar lugar ao Substitutivo nº 159/13, e o diretor legislativo da Casa acabara de lhe informar que este último estava arquivado, sendo que aquele outro fora relatado pela CCJ. Afirmou que, se o relator sabia da troca, deveria ter lhe informado, e que é um equívoco dizer que ele estava denegrindo a Casa. Prestou homenagem a Mãe Stella de Oxóssi pelo seu aniversário, que acontecerá no dia 2 maio, ressaltando a mulher atuante que é Mãe Stella na defesa de valores que não podem ser desrespeitados. Informou que a Comissão de Reparação colhe assinaturas para audiência pública que discutirá o respeito a esses valores, ligados ao culto dos orixás e sua liturgia, que merecem respeito, como, de igual modo, merecem respeito todas as religiões. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza requereu a marcação de Sessão Especial sobre o trabalhador, e parabenizou a Mesa por aprovar o reajuste para os servidores da Casa, cujo trabalho dá esteio aos vereadores, na ocasião elogiando a atuação da Ascam. Foi votado e aprovado o Requerimento verbal dos vereadores Aladilce Souza, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Luiz Carlos Suíca e Moisés Rocha, para a realização de Sessão Especial do Dia do Trabalhador, em data a ser marcada. O vereador Léo Prates afirmou que a Reforma Tributária favorecerá as camadas mais pobres da população, considerando que os que a ela se opõem estão contra esses segmentos. Criticou os vereadores que pedem mais tempo para analisar o Projeto, enquanto aprovam Projetos entregues à Casa no mesmo dia, e lembrou o ensinamento de seu avô sobre a coerência com os princípios estar acima de interesses pessoais. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê disse que o orador deveria convencer, sobre sua posição, o vereador Vado Malassombrado, que é do seu grupo. O orador respondeu que o vereador Pedrinho Pepê talvez não o tivesse compreendido, e que o vereador Vado Malassombrado é atuante em favor da Cidade Baixa. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito registrou os 80 anos do Instituto de Cegos da Bahia, onde esteve, acompanhado dos vereadores Léo Prates e Dra. Fabíola Mansur, na ocasião defendendo mais recursos para a instituição. Associou-se a vereadora Aladilce Souza. O vereador Isnard Araújo solicitou ao vereador Léo Prates as Emendas já incorporadas ao Projeto da Reforma Tributária, e disse que, estando a OAB e os tributaristas de acordo, desejava ter acesso aos Pareceres e votar o Projeto. Informou evento sobre mobilidade urbana, sugerindo que o secretário Rui Costa viesse a esta Casa apresentar dados sobre o tema. O vereador Euvaldo Jorge informou audiência pública, em 6 de maio, para discutir a questão da mobilidade urbana. Em aparte, o vereador Léo Prates respondeu ao vereador Isnard Araújo que as Emendas ao Projeto da Reforma Tributária já estavam disponíveis aos vereadores, e o vereador Joceval Rodrigues informou que elas já estavam no relatório, colocando-se à disposição do vereador Isnard Araújo para esclarecimentos. O vereador Moisés Rocha parabenizou o Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados da Petrobrás pelos 22 anos de luta, desejando sucesso na continuidade das atividades. Associou-se o Senhor presidente, vereador Carlos Muniz. O vereador Arnando Lessa, exibindo um "caxixi" e uma "caxirola", criticou a criação desta, considerando-a um instrumento potencialmente perigoso. Considerou que o "caxixi", sim, é um instrumento que representa a cultura e o artesanato local. O orador lembrou que a "caxirola" foi rechaçada por diversos países, refutou o discurso de que Carlinhos Brown visa a defender a cultura baiana, considerando que o artista defende o seu lucro, informando, na ocasião, ter adquirido o "caxixi" por dez reais, enquanto a "caxirola" irá custar entre 25 e 30 reais. Associaram-se os vereadores Isnard Araújo, Tiago Correia e Kiki Bispo, este último lamentando também que as baianas continuem sem lugar de destaque na Arena Fonte Nova. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que a mesa de som ajustasse o volume dos microfones. Na Tribuna, o vereador Gilmar Santiago, em referência ao pronunciamento do vereador Léo Prates, citou o vereador Carlos Muniz, dizendo que não é com grito que se impõe razão. Lembrou duas audiências públicas já realizadas sobre a Reforma Tributária, uma sem representação da sociedade civil, e outra, promovida pela vereadora Aladilce Souza, com vários segmentos. E também uma terceira, a se realizar no dia 2 de maio. Avaliou que isso indica haver muitos pontos a se discutirem. Em aparte, o vereador Carlos Muniz reafirmou que a "era do chicote" e do "ganhar no grito" acabou. O orador prosseguiu dizendo que a democracia é boa até para os "herdeiros do chicote". Em aparte, a vereadora Aladilce Souza associou-se ao orador e ao vereador Carlos Muniz, e defendeu que a Casa, que tem nomes de peso, fizesse uma "dissecação" do Projeto. Em aparte, o vereador Tiago Correia também se associou, e pediu que se arrefecessem os ânimos e se favorecesse o debate. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues associou-se, considerando que os debates tirarão as dúvidas existentes. O orador concluiu afirmando que não haverá acordo de bastidores sobre a Reforma. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares convidou os edis para encontro com o prefeito, no dia 2 de maio, às 18h, para debater o avanço dos Projetos sobre a causa animal. Nada mais havendo, o Senhor presidente Arnando Lessa declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores: Everaldo Augusto, Geraldo Junior e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO INDEFERIDO

PROCESSO CMS Nº : 03360/2013
INTERESSADO : Conselho Regional de Serviço Social

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA (2013/2016)


Paulo Câmara
PSDB
Presidente

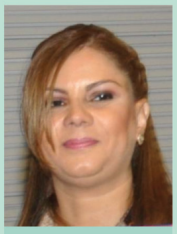

Carlos Muniz
PTN
1° vice-presidente

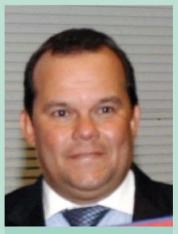

Isnard Araujo
PR
2° vice-presidente


Fabíola Mansur
PSB
3° vice-presidente


Arnando Lessa
PT
1° secretário


Orlando Palhinha
PP
2° secretário


Catia Rodrigues
PMN
3° secretária


Geraldo Jr.
PTN
Corregedor-geral


Aladilce de Souza
PC do B
Ouvidora-geral


Everaldo Augusto
PC do B
Ouvidor substituto


Alan Castro
PTN


Alberto Braga
PSC


Alemão
PRP


Alfredo Mangueira
PMDB


Ana Rita Tavares
PV


Carballal
PT


Claudio Tinoco
DEM


David Rios
PSD


Duda Sanches
PSD


Edvaldo Brito
PTB


Euvaldo Jorge
PP


Gilmar Santiago
PT


Heber Santana
PSC


Hilton Coelho
PSOL


J. Carlos Filho
PT


Joceval Rodrigues
PPS


José Trindade
PSL


Kiki Bispo
PTN


Leandro Guerrilha
PSL


Leo Prates
DEM


Luiz Carlos
PRB


Marcell Moraes
PV


Moisés Rocha
PT


Odiosvaldo Vigas
PDT


Pedrinho Pepê
PMDB


Silvio Humberto
PSB


Soldado Prisco
PSDB


Suica
PT


Tia Eron
PRB


Tiago Correia
PTN

Toinho Carolino
PTN

Vado
DEM

Waldir Pires
PT